

X SEMANA DE HISTÓRIA DO IFG

Contradições e conflitos de uma (des)ordem mundial em ebulição

Programação dos Simpósios Temáticos - Dia 02/05

ST 1 CONTRA-HEGEMONIAS, DISSIDÊNCIAS E AÇÕES COLETIVAS: REFLEXÕES PARA A HISTÓRIA ESCRITA E ENSINADA

Prof. Dra. Flávia Pereira Machado
Prof. Dr. Rafael Gonçalves Borges
Sala T-106

Imperialismo estadunidense e resistência na América Latina: um estudo da experiência revolucionária nicaraguense (1979-1990)

Patrick Oliveira e Silva
patrickoli220@gmail.com

Durante cerca de dois séculos, a América Latina fora o laboratório privilegiado do ímpeto imperialista estadunidense, devido à sua posição estratégica e à sua riqueza em recursos naturais, o que resultou na ampla desestabilização da região por meio de uma trama complexa de intervenções militares, imposições econômicas e controle ideológico, levados a cabo pela grande potência hegemônica do Norte. Neste sentido, a presente pesquisa tem como eixo central a análise da Revolução Sandinista, ocorrida na Nicarágua entre 1979 e 1990 e inserida no processo de recrudescimento da ingerência imperialista norte-americana durante segunda metade do século XX, principalmente no decorrer do que ficou conhecido como “segunda guerra fria”. Consoante a isso, o foco desta pesquisa reside no estudo deste processo revolucionário (e do regime instaurado por ele) enquanto expressão histórica de resistência ao intervencionismo imperialista estadunidense na América Latina. Para tanto, neste trabalho, ao eleger a Revolução Sandinista enquanto caso por excelência de resistência direta às ações imperialistas estadunidenses, buscou-se apontar a especificidade (tanto na composição do processo, quanto nas estratégias adotadas) e importância paradigmática deste evento, uma vez que a Nicarágua Sandinista se impôs como polo de contraposição ideológica, social e política à hegemonia dos Estados Unidos da América, mesmo no território que a muito se considera o “quintal dos fundos” (estratégico, político e econômico) desta potência hegemônica. Outrossim, ao tratar deste objeto procurou-se demonstrar de quais maneiras a Revolução Sandinista se impôs como pilar de pertinácia e resistência à hegemonia imperialista agressora norte-americana, e transformou o pequeno país da América Central (por décadas apenas mais uma das “Repúblicas das bananas”) em uma experiência exitosa (ainda que com alguns percalços) de alternativa viável de soberania e autonomia latino-americana contra a ingerência externa.

Referências bibliográficas:

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
SÁ, Roger dos Anjos de. A revolução sandinista: do triunfo à derrota (1979-1990). Goiânia: Kelps, 2016.
ZIMMERMANN, Matilde. A Revolução Nicaraguense. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

Da *perestroika* ao mercado: a queda da URSS como marco da reconfiguração anticomunista e neoliberal no território russo de 1988 a 1991

Gabriela de Souza Gonçalves
desouzagabriela028@gmail.com

A compreensão da derrocada da União Soviética e da posterior reconfiguração político-econômica do território russo exige uma abordagem que transcenda as explicações reducionistas fundadas na mera ineficiência econômica ou no colapso autoritário. O processo histórico que culminou entre 1988 e 1991, período central desta pesquisa, articula uma série de transformações estruturais e discursivas que, ao mesmo tempo em que buscaram renovar os fundamentos do socialismo de Estado, acabaram por abrir caminho à adesão ao ideário neoliberal. Trata-se, portanto, de um momento de inflexão histórica, onde as contradições internas do sistema soviético convergiram com pressões externas e internas por reformas, materializando-se na experiência da Perestroika. Sob a liderança de Mikhail Gorbachev, as reformas apresentadas como "reestruturação" (Perestroika) e "transparência" (Glasnost) foram concebidas, inicialmente, como uma tentativa de recuperar a legitimidade do regime e corrigir suas deformações burocráticas.

Referências bibliográficas:

COGGIOLA, Osvaldo. A Revolução Soviética: das origens até a dissolução da URSS: uma síntese. São Paulo: Xamã, 2017.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

KLEIN, Naomi. A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo do desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

Diálogos entre História e Literatura em "Respiração Artificial": uma leitura do Processo de Reorganização Nacional

João Vitor Oliveira
joaovitoroliveira6464@gmail.com

O presente trabalho propõe uma leitura do romance *Respiração Artificial* (1980), de Ricardo Piglia, a partir das relações entre História e Literatura. Parte-se do pressuposto de que o texto literário pode ser mobilizado pelo historiador não apenas como elemento ilustrativo de determinado contexto histórico, mas como uma forma particular de elaboração da experiência humana no tempo. Nessa perspectiva, a literatura é compreendida como um espaço em que tensões, percepções e interpretações da realidade histórica são expressas por meio de recursos narrativos próprios, produzindo sentidos que dialogam com o contexto de produção da obra. Situado na conjuntura do Processo de Reorganização Nacional (1976–1983), o romance de Piglia, ao mobilizar procedimentos característicos da narrativa dita pós-moderna, como polifonia, polissemia e fragmentação, aborda de modo indireto o contexto político e social de seu período. Em um cenário marcado pela censura e pelo controle das produções culturais, tais estratégias narrativas possibilitam uma reflexão sobre o presente histórico sem recorrer à representação direta da repressão política. A análise busca evidenciar os elementos alusivos à ditadura civil-militar argentina presentes na narrativa, observando como passagens, diálogos e reflexões dos personagens permitem entrever o clima político e intelectual da época. Desse modo, argumenta-se que o romance pode ser compreendido como um espaço de reflexão sobre as formas de narrar a experiência histórica em contextos de violência política, evidenciando a literatura como meio de elaboração crítica do tempo presente.

Referências bibliográficas:

BENTIVOGLIO, J.; ANDRADE, K. A. História & Literatura: o uso de obras literárias como fontes históricas. Vitória, ES: Editoria Milfontes, 2024.

NOVARO, M.; PALERMO, V. A Ditadura Militar Argentina (1973-1983): do golpe de Estado à reestruturação democrática. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

LIMA, R. O dado e o óbvio: o sentido do romance na pós-modernidade. Brasília: Editoria UNB, 1998.

A Guerra Fria, a disputa ideológica global e a cultura de massa: fundamentos históricos para a análise de Superman: Entre a Foice e o Martelo

Gabriela de Souza Gonçalves
desouzagabriela028@gmail.com

A compreensão da Guerra Fria exige o recuo analítico às transformações estruturais ocorridas entre o final do século XIX e o início do século XX, momento em que se consolidam os fundamentos do capitalismo industrial e emergem, como contraponto, as teorias e práticas socialistas. Trata-se de um período marcado pela intensificação das disputas imperialistas, pela expansão dos mercados e pela reorganização das relações de poder em escala global. O capitalismo, enquanto sistema econômico, não surge de forma súbita, mas se desenvolve progressivamente a partir da transição do feudalismo europeu, consolidando-se com a Revolução Industrial e atingindo um novo patamar no final do século XIX, quando passa a assumir uma dimensão imperialista. Nesse contexto, autores como Eric Hobsbawm destacam que o período entre 1875 e 1914 corresponde à chamada “Era dos Impérios”, caracterizada pela expansão colonial europeia sobre África e Ásia, pela exportação de capitais e pela intensificação da concorrência entre potências. Esse movimento de expansão não apenas ampliou o alcance do capitalismo, mas também aprofundou suas contradições internas.

Referências bibliográficas:

BRESSAN, Adriano Braga; DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. Superman – Entre a foice e o martelo: uma proposta de leitura fenomenológica. Cadernos do SEDIA, v. 4, n. 1, 2022.

BURKE, Peter. O que é história cultural? Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX (1914–1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

O mito do progresso e a crítica decolonial em Princesa Mononoke

Eduarda Silva Correia
hapeduarda@gmail.com

O presente trabalho propõe a análise da obra cinematográfica Princesa Mononoke (1997), produzida pelo Studio Ghibli e dirigida por Hayao Miyazaki, compreendendo-a como uma potente fonte histórico-fílmica capaz de tensionar o predomínio do cânone ocidental na escrita da história. O objetivo é investigar de que maneira a animação opera como uma representação do mito do progresso e dos conflitos da transição para a modernidade no Japão. Metodologicamente, se articula a análise cinematográfica aos pressupostos da Teoria Decolonial e da historiografia crítica sobre a violência e a expansão territorial. Para isso, examina-se o projeto civilizatório da Cidade do Ferro e as ações de Lady Eboshi, explicitando como o discurso do desenvolvimento legítima a exploração da natureza e o epistemicídio. Assim, surge o argumento que a morte do Espírito da Floresta atua como metáfora da exclusão dos saberes tradicionais pela racionalidade técnica e científica do Ocidente.

Referências bibliográficas:

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.

CARDOSO, Maria Abadia. Ensino de História e História Cultural: possibilidades para a construção do repertório do professor-pesquisador. Escritas, Araguaína, v. 11, n. 2, p. 122-139, 2018.

SENTANIN, Clara Decol et al. Studio Ghibli: imperialismo, modernidade e natureza sob a visão do animismo crítico de Hayao Miyazaki. Revista Humanidades e Tecnologia (FINOM), Paracatu, v. 43, n. 1, 2025.

A cultura como forma de aquilombamento: resistência e memória nos territórios de Goiânia

Kataryn Kelveia Pereira Barbosa
katarynkelvia@gmail.com

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como produções culturais tem se constituído como forma de resistência e aquilombamento em Goiânia, especialmente nos territórios periféricos e em contextos de atuação dos movimentos negros. Busca-se contribuir com a história e o patrimônio cultural da cidade, a partir do registro de práticas culturais que expressam a permanência, a luta e a organização coletiva desses grupos. A intenção é produzir materiais que apontem como os movimentos negros e periféricos continuam resistindo e se expressando culturalmente, afirmando suas identidades por meio da arte, da oralidade, da

música, da escrita e da performance. A proposta se alinha às perspectivas da Licenciatura em História, ao contribuir para a ampliação dos conhecimentos e fontes para o estudo da história e cultura afrobrasileira, em cumprimento à Lei 10.639/2003. Além de possibilitar a constituição de reflexões e materiais para o fortalecimento de uma educação antirracista, intercultural e emancipatória em diálogo com os princípios institucionais.

Referências bibliográficas:

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: NASCIMENTO, Beatriz. Beatriz Nascimento: textos, entrevistas, imagens. Organização: Alex Ratts. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 215-224.

MOURA, Clóvis. Os Quilombos e a Rebelião Negra. Ano de publicação: 1981. São Paulo

AZEVEDO, Bruna Jardim Saldanha. JAGUN, Márcio de. Aquilombamento como modo de existência: diálogos entre Brasil e África. Revista Ecos - Estudos Contemporâneos da Subjetividade, vol. 13, n. 2, 2023. Disponível em <https://periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/3211>. Acesso em 04 jul. 2025.

Confrontos político-epistêmicos na História: descentrando a teoria por meio de narrativas insurgentes de mulheres sem terra, indígenas e negras

Flávia Pereira Machado
flavia.ifg.machado@gmail.com

O ponto de partida para a presente comunicação é a urgente e necessária tarefa de descolonização da teoria e da escrita historiográfica, ainda marcada por uma perspectiva euronortecentrada, androcêntrica, colonial e racista. Apesar de importantes avanços no campo a partir da entrada em cena de novos sujeitos, objetos e problemas, identifica-se a centralidade de narrativas e explicações teóricas erigidas dos grandes centros, de homens (em sua maioria) e de pessoas não racializadas, em detrimento do reconhecimento das agências e das implicações dessas para os processos históricos. Frente a isso, o objetivo é problematizar a produção do conhecimento histórico e do campo teórico e epistemológico por meio das narrativas insurgentes de mulheres sem terra, mulheres indígenas e mulheres negras, com base na apresentação de algumas das aprendizagens obtidas no percurso da pesquisa de doutoramento com as mulheres sem terra, nas experiências em sala de aula na formação de professoras/es e nas primeiras reflexões da pesquisa em andamento com as produções de intelectuais negras e indígenas. Para tanto, me fundamento nos confrontos político-epistêmicos propostos pelas teorias críticas da colonialidade, pelas epistemologias feministas negras e decoloniais e pelas epistemologias indígenas e contracoloniais.

Referências bibliográficas:

MACHADO, Flávia Pereira. Trajetividades de mulheres sem terra nas margens. Teresina, PI: Cancioneiro, 2024.

SMITH, Linda Tuhiwai. Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas. Curitiba, PR: UFPR, 2018.

VEIGA, Ana Maria. Entre linhas de confronto teórico e linhas de confronto subjetivo: descolonizar a partir das sertanidades. In: VEIGA, A.M. VASCONCELOS, V.N.P. BANDEIRA, A. Das margens: lugares de rebeldias, saberes e afetos. Salvador: Edufba, 2022, p. 99-116.

Consciência histórica emotiva: Rusen e Nussbaum em debate

Edson Silva de Lima
edson.lima@ueg.br

Este ensaio propõe uma reflexão sobre os fundamentos do humanismo contemporâneo a partir da provocação do conceito de “consciência histórica emotiva”. Investigamos a articulação entre a noção de emoções e humanismo intercultural em Jörn Rüsen. Investimos na potencialização da dimensão emocional como elemento fundamental para a reconstrução de um humanismo capaz de responder aos desafios interculturais do nosso tempo. Procuramos mobilizar uma análise teórico-comparativa, examinando as convergências e divergências entre a teoria da história de Rüsen e a filosofia das emoções de Martha

Nussbaum. A partir desse encontro, indica-se que a integração das dimensões emocionais e cognitivas permite desenvolver uma consciência histórica inclusiva, capaz de promover empatia, reconhecimento e justiça social. Entende-se, portanto, que as emoções, longe de serem obstáculos à racionalidade, constituem forças motrizes fundamentais para a construção de uma humanidade plural e intercultural.

Referências bibliográficas:

- NUSSBAUM, M. C. Paisajes del pensamiento: la inteligencia de las emociones. Barcelona: Paidós, 2008.
- PEREIRA, N. M., & Torelly, G. (2023). Para uma crítica da consciência pelos afetos: o ensino de História como desafio de uma aprendizagem das relações. *Revista História Hoje*, 12(26).
- RÜSEN, Jörn. Emotional Forces in Historical Thinking: Some Metahistorical Reflections and the Case of Mourning. *Historein*, 8, 41–53. 2008.

A docência em história: da crise de autoridade à curadoria crítica na era da inteligência artificial generativa

Mateus Souza Silva
mateus.souza10@gmail.com

O presente projeto de pesquisa tem como objeto central a reconfiguração do papel do professor de história, especificamente a partir do conceito de professor-curador, frente à disrupção causada pela Inteligência Artificial Generativa no ecossistema educacional. A função do professor de história como um mediador crítico um curador que seleciona, interpreta e contextualiza a multidão do conhecimento histórico, conforme proposto por Valdeci Lopes de Araujo, tornou-se uma resposta consolidada aos desafios da cultura digital e do excesso de informação. Contudo, a emergência de IAs que não apenas organizam, mas criam narrativas históricas plausíveis, levanta uma questão fundamental que norteia esta pesquisa: O que a Inteligência Artificial muda no conceito do professor de história curador? Este trabalho abordará o tema sob o prisma da Teoria da História e do Ensino de História. Analisaremos não apenas a IA como ferramenta, mas como um novo agente epistemológico que desafia as noções de autoria, fonte e verdade, impactando diretamente a prática curatorial em sala de aula.

Referências bibliográficas:

- ARAUJO, Valdeci Lopes de. As reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e a experiência do tempo na contemporaneidade. In: *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 13, p. 270-297, dez. 2013.
- ARAUJO, Valdeci Lopes de. O direito à história: o (a)gora do historiador. In: *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 10, n. 25, p. 188–203, 2017.
- BONALDO, Rodrigo Bragio. História mais do que humana: descrevendo o futuro como atualização repetidora da Inteligência Artificial. *História*, São Paulo, v. 42, p. 1-28, e2023037, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2023037>. Acesso em: 06 jan. 2026.

Fechando o parêntese Ocidental: a urgência de novos caminhos para a reflexão histórica num mundo multilateral

Rafael Gonçalves Borges
rafael.borges@ifg.edu.br

O presente trabalho pretende refletir sobre a necessidade de amadurecimento de novos paradigmas epistêmicos quanto à forma como o conhecimento histórico é produzido. Parte da constatação de que a História se consolidou como ciência no exato contexto em que o Ocidente se inventava, tornando-se com isso, útil a sua atualização imperial/colonial. Nas filosofias da História europeias do século XIX, a modernidade deixa de ser mera qualidade de tempo para se constituir em etapa histórica, consolidando o projeto de modernidade como mito, associado ao progresso. Nestes últimos duzentos anos, a aparente vitória do Ocidente sob uma suposta homogeneização globalizada parecia conduzir ao "fim da história", mas as crises advindas com o século XXI e sua decorrente reconfiguração geopolítica viabilizaram a emergência de novas formas de resistência e novos arranjos de poder que permitem considerar os últimos duzentos anos

não como o fim da história, mas como um parêntese histórico que aparentemente se aproxima de seu fechamento. Assim, o trabalho aqui apresentado se configura em uma tentativa de sintetizar as primeiras aproximações com perspectivas decoloniais, em defesa da consolidação de uma teoria da História decolonial e transmoderna. Para tanto, propõe o seguinte itinerário: a) análise da relação entre o processo de cientificização da História e a consolidação da modernidade como experiência de tempo; b) denúncia da modernidade enquanto mito, materializado tanto em sua acepção de projeto quanto em sua compreensão de etapa histórica na qual o Ocidente é inventado; c) apontamentos de possíveis compromissos necessários de serem assumidos para a consolidação de uma teoria da História decolonial e transmoderna.

Referências bibliográficas:

DUSSEL, Enrique. 1492: O Encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

FONTANA, Josep. A Europa diante do espelho. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

ST 2 EXPERIÊNCIAS, SUBJETIVIDADES E TRAJETÓRIAS DE MULHERES EM SUAS RESISTÊNCIAS HISTÓRICAS

Prof. Ms. Débora de Faria Maia
Sala T-108

Gênero como marcador de estímulo no ensino de História: uma investigação entre os alunos do ensino médio do Instituto Federal de Goiás

Bruno Abnner Lourenzatto Silveira
bruno.abnner@ifg.edu.br

Esta pesquisa de Iniciação Científica, desenvolvida no Instituto Federal de Goiás – Campus Formosa, parte do seguinte problema: em que medida a inclusão de trajetórias femininas e discussões de gênero no ensino de História impacta a percepção e o engajamento de estudantes do ensino médio? Diante de uma narrativa histórica tradicionalmente centrada em figuras masculinas, questiona-se se a ausência de representatividade feminina compromete a identificação e o interesse dos alunos com os conteúdos escolares. Fundamentado na Educação Histórica, na didática da História de Jörn Rüsen e nos estudos de gênero, o trabalho buscou investigar como a incorporação de personagens femininas ao currículo poderia tornar o ensino mais significativo. A metodologia utilizada foi quantitativo-descritiva, com a aplicação de um questionário de perguntas fechadas em turmas do segundo ano do ensino médio, tendo a Revolução Francesa como conteúdo de referência. A pesquisa conclui que incluir mulheres na narrativa histórica vai além de acrescentar nomes: trata-se de problematizar relações de poder e invisibilização, promovendo uma formação cidadã crítica e omnilateral. Os resultados reforçam a necessidade de práticas pedagógicas mais inclusivas e plurais.

Referências bibliográficas:

RÜSEN, Jörn. História viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Trad. Estevão de Rezende Martins Brasília: EdUnB, 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. Educação histórica: teoria e pesquisa. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

Desafios da pesquisa sobre mulheres trabalhadoras

Lis Katia Cunha Bastos
liskatia@gmail.com

Essa comunicação oral propõe refletir sobre os desafios da pesquisa sobre mulheres. Os indícios acerca do papel de mulheres, muitas vezes, não estão dispostos de forma evidente, portanto, torna-se importante perceber sua história nas lacunas. As mulheres cujas fontes estão mais acessíveis são as alfabetizadas e é possível observá-las na literatura, jornais, diários e cartas. Mas e as mulheres trabalhadoras, como perceber as fontes em que estão presentes? A ampliação dos objetos para averiguação histórica possibilitou uma maior inclusão da temática nos estudos sobre mulheres e o cotidiano, mas os desafios continuam existindo. Existem estigmas que perpassam o tema como o de pertencer a classe popular e realizar tipo de trabalho manual, braçal, fabril e isso afeta nas escolhas sobre aquilo que deve ser conservado (patrimônio, documentos) ou não. O problema das fontes pode se agravar quando se trata de um recorte temporal recuado, como o da Primeira República - essa temporalidade será analisada na minha pesquisa de doutorado em história, em fase inicial na Universidade Federal de Goiás. Somam-se à essas dificuldades aspectos como o recorte geográfico, estado de Goiás e como o da própria tipologia das fontes - as imagéticas acrescentam maiores desafios em período anterior a 1930 - que incluem barreiras a serem ultrapassadas pelos historiadores. Articular as categorias de classe, raça e gênero envolve também, outros enfrentamentos do ponto de vista teórico. A motivação para investigar o tema "mulheres trabalhadoras" vem da experiência com a dissertação de mestrado (de 2024), em que me deparei com caderno de registros, de associação da classe operária (de 1950) na cidade de Goiás, que continha dados desde 1915 e revelava uma maioria de mulheres compondo a entidade de trabalhadores da capital à época, porém, as profissões das mulheres eram cadastradas como domésticas, com poucas exceções de professoras. Nesta homogeneização de mulheres há indícios de outras atividades praticadas além do ambiente privado, sobretudo se for levado em consideração que havia mulheres com a necessidade de garantir a sobrevivência de sua família, desempenhando atividades laborais variadas, "para fora". Para auxiliar na compreensão das adversidades encontradas em pesquisas sobre mulheres serão mobilizadas as historiadoras Michelle Perrot e Joan Scott em diálogo com outras autoras brasileiras.

Referências bibliográficas:

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres, Contexto, 2007.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da história: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes e Marcelo M. Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 65-98.

VEIGA, Ana Maria. Quando Clio é preta, pobre e periférica: relocalizando a teoria da história. In: COSTA, Bruno Balbino Aires da. SANTOS, Evandro. VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa de (orgs.). Ensaios de teoria da história & história da historiografia. Teresina: Cancioneiro, 2023, p. 19-32 (e-book).

Heroínas desta História (2019): as mediações entre história, memória e biografia na tessitura do tempo presente

Barbara Luysa dos Santos Rocha
barbaraluysa234@gmail.com

Este projeto de pesquisa propõe uma análise do livro Heroínas desta História: mulheres em busca de justiça por familiares mortos pela ditadura, publicado em 2019. Considerada um documento fundamental para a pesquisa, a obra permite investigar a relação entre o passado e o presente da ditadura civil-militar brasileira, com foco no papel das mulheres na resistência e na luta por justiça e memória de seus entes queridos. É tarefa importante para a pesquisa delinear a produção da obra e analisar os perfis selecionados. Assim, as categorias de memória e biografia serão indícios importantes para entender a forma de sua abordagem na obra. O objetivo é compreender como o livro foi construído e a sua importância para romper com a política de esquecimento, validando o papel central das mulheres na luta por democracia e por justiça.

Referências bibliográficas:

PEDRO, Joana Maria . Narrativas do feminismo em países do Cones Sul (1960-1989). In: Joana Maria Pedro; Cristina Scheibe Wolff. (Org.). Gênero Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, v. ', p. 115-137.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 43-59, jan./jun. 2012.

CONTREIRAS, Janaína Athaydes. Terrorismo de Estado e Violência Sexual na Ditadura Brasileira (1964–1985). 2015. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ST 3 TEORIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: CAMINHOS DO FAZER HISTÓRIA NO BRASIL

Prof. Dra. Fabiane Costa Oliveira

Sala T-107

1ª sessão - Das 13h às 15h

A escrita da introdução de Maria Graham e a sua base no historiador Robert Southey: rede de produções

Brunna Santos de Abreu
a.brunna@estudantes.ifg.edu.br

A presente proposta tem o objetivo de apresentar as considerações e produções de pesquisa em andamento do relato da Maria Graham, uma viajante inglesa, considerando a ampliação das discussões que ela propõe no diário sobre a situação política do Brasil em 1821 a 1823. Tal recorte é relativo ao período de escrita do diário e posterior publicação na editora inglesa: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown. Além disso tem o objetivo analisar o diário de viagem de Maria Graham, considerando sua rede de relacionamentos e suas opiniões e compreensões sobre a escravidão brasileira negra no Brasil. A metodologia utilizada para realizar essa análise é a pesquisa bibliográfica e análise de fonte primária, o diário da personagem em sua passagem pelo Brasil. Dessa forma, para traçarmos a trajetória política e social de Maria Graham, viajante inglesa que esteve no Brasil entre os anos de 1821 a 1823, partiremos da ideia de pensar a escrita e a leitura como características formativas de uma nova ordem política e social, alterando os modos como os sujeitos históricos se entendem e atuam na sociedade. Assim, espera-se compreender como Maria Graham, em sua estadia no Brasil, organizou redes de sociabilidade e relacionamento, considerando suas intenções políticas e diplomáticas e também suas interpretações sobre o trabalho escravizado, além dos sentidos que formou sobre as relações políticas do Brasil com Portugal. Portanto, o projeto de pesquisa pode contribuir, também, para a ampliação dos estudos sobre a produção de viajantes no Brasil do século XIX.

Referências bibliográficas:

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

LEVI, Giovani. Usos da biografia. In: FERREIRA, Janaína Amado Marieta de Moraes (Org.). 8ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

MATHEUS, Márcia Cristina de Oliveira Santos. Maria Graham e a documentação do feminino no Brasil na primeira metade dos oitocentos. *Policromias*, Rio de Janeiro, ano IV, 324-359, dezembro, 2019. Disponível em <<https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/29348> > Acesso em 31 de Maio de 2025.

Gramáticas do tempo: Fundamentos para uma Teoria Histórica Relacional na era da crise planetária

Gilson Gomes de Oliveira
gilsongomes@discente.ufg.br

Esta pesquisa apresenta os fundamentos de uma Teoria Histórica Relacional, propondo uma crítica ao paradigma antropocêntrico e à linearidade moderna que estruturaram a historiografia. Parte-se da compreensão de que os processos históricos emergem de redes de interdependência entre seres humanos, comunidades subalternizadas, natureza, animais não humanos, território, memória e sistemas simbólicos do tempo social. Inserida nos debates do pós-humanismo, das epistemologias decoloniais e da história ambiental, a pesquisa dialoga com autores contemporâneos e incorpora, de forma estruturante, as epistemologias indígenas, com destaque para a obra de Célia Xakriabá, entendida como campo empírico e teórico da historicidade relacional. Nesse contexto, o conhecimento é concebido como situado, relacional e enraizado na experiência, articulando território, ancestralidade, oralidade e memória. A tese propõe o conceito de “gramáticas do tempo” como categoria central para compreender as diferentes formas de organização e experiência do tempo histórico. A partir dessa perspectiva, articulam-se duas categorias analíticas: a Gramática do Domínio, associada a estruturas hierárquicas e excludentes, e a Gramática da Integração, vinculada a práticas de resistência e a novas formas de coexistência. A noção de Antropoceno é mobilizada criticamente, evidenciando suas limitações diante das desigualdades históricas. Sustenta-se que a transformação da teoria da história exige a incorporação de epistemologias relacionais como fundamentos do conhecimento histórico. A hipótese central afirma que a historicidade é um fenômeno relacional, implicando a ampliação do conceito de sujeito histórico e dos critérios de inteligibilidade da História. Como desdobramento, propõe-se o Direito Integrador como projeção normativa dessa nova historicidade, articulando direitos humanos, da natureza e dos animais não humanos.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Ubu Editora, 2015.

DOMANSKA, Ewa. *A história para além do humano*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Entre a arte marginal e a repressão: a censura do grupo de rap “Facção Central” no Brasil de 2000

Guilherme Carvalho Melo Gomes
guilhermevision502@gmail.com

Esta pesquisa busca analisar o videoclipe da música Isso aqui é uma guerra do grupo de rap Facção Central e a respectiva censura da obra em 2000. O objetivo é pensar como o rap se constrói e articula com a cultura e arte periféricas e como se manifestam os atravessamentos de violência, subalternização e repressão. Isso visto que o Estado brasileiro, embora formalmente constitucional e democrático, dispõe de aparatos repressivos para exercer controle sob camadas subalternas da sociedade. Para tanto, a pesquisa irá, em um primeiro momento, revisar as obras que tratam, no campo acadêmico, sobre o rap e sobre o Facção Central. Mobilizaremos também as obras que trazem os conceitos de estética (Rosenfeld), dialética da marginalidade (Rocha, 2007), necropolítica (Mbembe, 2016) e censura no Brasil (Fico) para uma leitura mais crítica e aprofundada na obra, de modo a compreender a realidade na qual ela se insere, além dos respectivos atravessamentos. Para o tratamento metodológico, haja vista que se trata de um videoclipe que, portanto, é composto por uma música e um conteúdo audiovisual, serão mobilizadas as obras que tratam de História e Música (Moraes, 2000) e (Napolitano, 2002), História e Cinema (Ferro, 1997) e História e vídeos (Soares, 2014). Baseado no que foi até aqui apresentado, é possível apontar que a relevância dessa pesquisa se dá na potencialidade de contribuição na esfera social e acadêmica. No que se refere a relevância acadêmica, essa pesquisa se propõe a investigar o clipe Isso aqui é uma guerra a partir de um problema e recorte novos. Nesse sentido, a pesquisa irá agregar novas leituras ao objeto, contribuindo também para o campo da História Cultural, sobretudo no que tange à História e Linguagem, campo hoje de grande relevância para a ciência histórica. Além disso, ao mobilizar como um objeto uma importante obra artística da cultura popular e periférica, a pesquisa evoca seu potencial de relevância social, haja vista a possibilidade de suscitar debates críticos acerca de questões como o racismo, a desigualdade racial e a repressão contra camadas subalternas na sociedade.

Referências bibliográficas:

CAMARGOS, Roberto. Relatos sanguíneos e sentimentos indigestos no rap de Fação Central. *Música Popular em Revista*, Campinas, ano 5, v.1, p. 70-94, jul./dez. 2017.

CARDOSO FILHO, Jorge; SOARES, Thiago. Sobre música, escuta e comunicação: construindo imagens de som & fúria. *Contemporânea – Comunicação e Cultura*, Salvador, v. 12, n. 2, p. 323-339, maio/ago. 2014.

ROCHA, João Cezar de Castro. Dialética da marginalidade: caracterização da cultura brasileira contemporânea. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 fev. 2004. *Caderno Mais!*, p. 4-6.

ROSE, Trícia. *Barulho de Preto: Rap e Cultura Negra nos Estados Unidos Contemporâneos*. 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva LTDA, 2021.

ROSENFELD, Anatol. *Texto/Contexto I*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Governador Otávio Lage de Siqueira em Goiás (1966 - 1971): Uma análise do primeiro governo da ditadura empresarial-militar em Goiás

Caíque Aiuê Esteves Gomes Oliveira
caique.aiue2@gmail.com

O período da ditadura empresarial-militar no Brasil, que se estendeu de 1964 a 1985, foi marcado por profundas transformações políticas, sociais e econômicas. Nesse contexto, o governo de Otávio Lage de Siqueira, que administrou o estado de Goiás entre 1966 e 1971, apresenta-se como um importante objeto de estudo para a compreensão das dinâmicas regionais sob o regime ditatorial. Goiás, historicamente marcado por características socioeconômicas específicas, vivenciou mudanças significativas em sua estrutura política e administrativa, impulsionadas tanto pela necessidade de alinhamento ao regime militar quanto pela busca de desenvolvimento econômico e modernização.

Referências bibliográficas:

MACIEL, David. *A argamassa da ordem: Da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

NAVES, Jales. *Otávio Lage: empreendedor, político, inovador*. Goiânia: Editora Naves, 2014.

NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Camila de Jesus. *A experiência das esquerdas que lutaram contra a Ditadura Militar em Goiás (1960-1972)*. Goiânia: Editora UFG, 2025.

SOUZA, Dalva Borges (org.). *Goiás: sociedade e Estado*. Goiânia: Cânone Editorial, 2009.

Entre "acidentes" e narrativas: disputas historiográficas sobre o Césio-137 em Goiânia

Carolina Aquino Silva
carol.tdaquino@gmail.com

O caso césio-137, ocorrido em Goiânia no ano de 1987, mantém-se como um trágico marco da história goiana, brasileira e mundial. Mais do que um episódio sanitário, o caso constitui-se também como um espaço de disputas narrativas, políticas e historiográficas. A partir disso, o presente trabalho busca analisar como diferentes agentes — especialmente o Estado e a produção historiográfica — construíram distintas interpretações acerca do ocorrido, evidenciando como escolhas conceituais e semânticas interferem diretamente na elaboração da memória histórica do evento. A pesquisa pretende investigar como determinadas nomenclaturas utilizadas para designar o episódio e seus sujeitos — como “acidente” ou “incidente radiológico”, “vítimas”, “contaminados”, “radioacidentados” ou “pacientes” — produzem diferentes sentidos históricos, políticos e sociais. Nesse contexto, será discutida a existência de uma “narrativa oficial”, construída sobretudo por instituições estatais e órgãos médico-sanitários, em contraposição a outras interpretações presentes em trabalhos acadêmicos. Metodologicamente, a pesquisa será desenvolvida por meio de análise bibliográfica e documental, mobilizando obras acadêmicas e materiais produzidos pelo Governo do Estado de Goiás acerca do caso Césio-137. Dialogando com Michel de Certeau e Reinhart Koselleck, o trabalho propõe refletir sobre as relações entre linguagem, poder e escrita da história,

compreendendo o caso Césio-137 não apenas como um acontecimento histórico, mas como um objeto de disputas narrativas e semânticas em permanente construção.

Referências bibliográficas:

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Revista Césio 137, 25 anos: uma história para lembrar e prevenir. Goiânia: Secretaria de Estado da Saúde, 2016. Disponível em:

<https://goias.gov.br/saude/wp-content/uploads/sites/34/2016/12/revista-cesio-25-anos-60e.pdf>.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

VIEIRA, Suzane de Alencar. Césio-137, um drama recontado. Estudos Avançados, São Paulo, v. 27, n. 77, p. 17–34, 2013.

2ª sessão - Das 15h às 17h

Fundação Brasil Central e as Políticas Educacionais na Ocupação do Oeste (1940-1950)

Douglas Rodrigues da Silva
douglasslayout@hotmail.com

O estudo aqui apresentado, busca compreender o papel das instituições escolares no processo de expansão econômica e ocupação populacional, no projeto Marcha para o Oeste desenvolvido no período Vargas conhecido como Estado Novo, que visava integrar regiões do Brasil Central descritas como sertões ao capitalismo internacional. A imensa área compreendida por partes de Goiás, Mato Grosso, Pará, Amazônia, Acre e Rondônia, que ainda não integrava às demandas econômicas capitalistas internacionais, passou a ser alvo de tais políticas a partir da década de 30 do século passado. A necessidade de uma plataforma política de fixação do homem às novas terras passava por além de desbravar o território, buscou mapear, lotear e construir pequenos povoados, estruturando essas localidades com pistas de pouso, instituições hospitalares e escolares.

Referências bibliográficas:

DUTRA e SILVA, Sandro. No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil central. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017. 304p.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Ed. Petrópolis RJ, 2021.

GALVÃO, Maria Eduarda C. G. A Marcha para o Oeste na Experiência da Expedição Roncador-Xingu. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Anais... São Paulo: USP, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MOTA, Maria Sarita. Cruzando Fronteiras: a expedição científica do Instituto Oswaldo Cruz e a expedição do Roncador-Xingu. Revista Ideas, v. 1, n. 1, p. 6-25, jul.-dez. 2007.

RIBEIRO, Adalberto Mario Ribeiro. A Fundação Brasil Central. Revista do Serviço Público – Set. 1945 Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/8075/5127> Acesso em 30 jun. 2025.

ROMANELLI, O. História da educação no Brasil 1930-73. Petrópolis, Vozes, 1978; ARANHA, M.L.A. História da Educação. São Paulo, Moderna, 2002. RIBEIRO, M. L. História da Educação Brasileira. A Organização Escolar. Campinas, Autores Associados, 2003.

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 40ª ed. – Campinas, SP: AUTORES ASSOCIADOS, 2008

VARGAS, Getúlio. Discurso: Cruzada rumo ao oeste - improviso inaugurando, em Goiânia, a associação cívica "Cruzada rumo ao oeste". Biblioteca da Presidência da República. Disponível em:

<https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/25.pdf> Acesso em: 29 jun. 2025.

VARGAS, G. A nova política do Brasil. Vol. V. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938. p.124.

VILLAS BÔAS, Orlando; VILLAS BÔAS, Cláudio. A marcha para o Oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 638p. Inclui mapa e fotos.

OLIVEIRA, Acary de Passos. Roncador-Xingu: Relatos de uma expedição: Barra do Garças (Aragarças) 1943 - Rio das Mortes (Xavantina) 1944. Goiânia: Impresso nas Oficinas Gráficas da Universidade Federal de Goiás, 1976.

Estética, Subjetividade e Patrimonialização seletiva em Goiânia

Carolina Aquino Silva
Núbia Rodrigues Micias
carol.tdaquino@gmail.com

O presente trabalho discute como a patrimonialização seletiva em Goiânia opera como um agenciamento estético capaz de produzir subjetividades e, simultaneamente, de restringir a pluralidade das memórias urbanas. A pesquisa parte da compreensão de que a estética constitui um paradigma ético e político que orienta modos de vida e é central para a formação da sensibilidade coletiva. A partir disso, analisa-se como a supervalorização do art déco se consolida como narrativa oficial da cidade, de modo a apagar outras expressões arquitetônicas e culturais que compõem o tecido histórico local. O caso da demolição do antigo prédio da Celg — mesmo diante de seu valor histórico-artístico e das iniciativas de resistência empreendidas — torna visível a lógica hegemônica que orienta tal política, ao estabelecer um único tronco identitário, desautorizar cartografias existenciais divergentes e evidenciar como políticas públicas determinam quais memórias serão preservadas ou apagadas. No campo educacional, discute-se a insuficiente implementação do ensino de História de Goiás, prevista no Documento Curricular para Goiás (DC-GO), cuja limitação contribui para a reprodução de uma memória coletiva limitada e revela um déficit formativo que favorece a manutenção de narrativas hegemônicas que fragiliza a produção de subjetividades críticas.

Referências bibliográficas:

CHAUL, Nasr Fayad. A construção de Goiânia e a transferência da capital. Goiânia: UFG, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Patrimônio cultural: políticas, memórias e disputas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

ROSENFELD, Anatol. Texto/contexto II. 2. reimpr. da 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

A história de Goiás para o ensino fundamental II: uma proposta de material didático

Guilherme Carvalho Melo Gomes
guilhermevision502@gmail.com

O ensino de História na rede básica de educação brasileira contemporânea é ainda muito atravessado por narrativas e construções de sentido eurocêntricos. Esses elementos também se manifestam no âmbito das redes básicas de educação regionais, como é o caso de Goiás. Todavia, o Documento Curricular para Goiás – Ampliado (DC-GO) prevê a abordagem de elementos da história goiana para uma construção de sentido a partir de diferentes narrativas como forma de conectar o estudante ao seu território. Nesse sentido, o professor de história em Goiás encontra-se em uma encruzilhada do que lhe é exigido, trabalhar com elementos e competências da história de Goiás, e das limitações, a carência de materiais didáticos nas escolas que abordem a história local. A partir disso, o presente trabalho busca analisar a presença e a forma de abordagem da referida temática nos materiais didáticos do Ensino Fundamental II; fazer um levantamento bibliográfico acerca da História de Goiás; e, por fim, propor uma possível elaboração de material didático que contemple a História de Goiás. Para tanto, é fundamental a construção teórica do “local” proposta por Barros (2013), seja a partir de sua própria definição que exige uma referência a uma cultura ou política local, ou ainda que o “local” seja o próprio objeto de análise. Além disso, cabe mobilizar os referenciais metodológicos: O tramento do documento a partir de um triplice movimento, como é proposto por Marson (1983), o documento a partir de sua materialidade, ele como objeto e ele como sujeito; e o movimento proposto por Fernandes (2017) que permite ler o livro didático como fonte e as possibilidades para a escrita desse tipo de material. A relevância deste projeto se dá na contribuição que trará aos debates acerca do ensino de História

de Goiás; da produção de materiais didáticos por professores-pesquisadores; além de uma contribuição social ao buscar suprir, em algum nível, as demandas que estão postas à história local.

Referências bibliográficas:

BARROS, José d'Assunção. A expansão da história. Petrópolis: Vozes, 2013.

FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. Produção e uso do material didático. In: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da (org.). Reflexões sobre história local e produção de material didático. Natal: EDUFRN, 2017. p. 293-336.

MARSON, Adilson. Reflexões sobre o procedimento histórico. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 37-64, 1983.

A Escola de Aprendizes Artífices de Goiás (1910-1930) e as Disputas Oligárquicas na Imprensa vilaboense

Kelly Cristina Kran
kellyckran@gmail.com

A presente comunicação apresenta os caminhos metodológicos e os resultados iniciais de uma pesquisa sobre a implementação e a gestão da Escola de Aprendizes Artífices de Goiás. O recorte delimita-se entre 1927 e 1930, período de intensas disputas políticas regionais. Sob a premissa da história-problema, supera-se a concepção do documento como prova factual neutra, tomando a imprensa periódica local como fonte e objeto para investigar o contexto social e as forças políticas que permeavam a instituição de ensino. O corpus documental é constituído pelo jornal Voz do Povo, fundado em 1927 por dissidências da elite letrada republicana com o propósito de contestar o monopólio político da vertente dominante. Metodologicamente, a investigação realiza um duplo movimento: o exame da materialidade e do projeto gráfico-editorial do impresso, e a análise do conteúdo dos editoriais por meio de palavras-chave e do diálogo com a produção historiográfica regional. Os resultados preliminares, focados na estrutura material do jornal, revelam que, apesar de se autoproclamar independente, o periódico operava como ferramenta estratégica de disputa oligárquica e formação da opinião pública. Compreender o projeto gráfico-editorial do periódico, suas estratégias e suas intencionalidades políticas permite-nos superar a leitura factual das fontes, transformando o jornal em um local privilegiado para a compreensão do uso da imprensa enquanto instrumento de formação e legitimação da opinião pública realizada pela elite dominante da época.

Referências bibliográficas:

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-154.

ARRAIS, Cristiano Alencar. Mobilidade Discursiva – o periodismo político em Goiás. Editora UFG, 2013.

FREITAS, Gracielly de Lima. Voz do Povo: Um jornal de Opinião. Imprensa em Goiás: cidadania, política e representações [livro eletrônico] / organização Martha Victor Vieira. – São Paulo: Editora Dialética; Araguaína, (TO) : Universidade Federal do Norte do Tocantins - EDUFNT, 2024.

O currículo de formação dos profissionais de História em debate: uma análise em torno da definição de obrigatoriedade da disciplina de Introdução aos Estudos Históricos no espaço do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior (1961)

Fabiane Costa Oliveira
fabiane.oliveira@ifg.edu.br

A presente comunicação objetiva analisar a constituição da História como campo científico no Brasil a partir do debate sobre a institucionalização dos cursos de História nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, iniciada na década de 1930, com ênfase nas intervenções de José Honório Rodrigues. Parte-se da hipótese de que as reflexões e a militância intelectual de José Honório Rodrigues foram centrais para a formulação de um projeto de cientificação da História no contexto universitário brasileiro, entre os anos de 1955 e 1968. No período em questão, a consolidação dos cursos superiores de História ocorreu em meio à vigência do sistema

de cátedras, à separação institucional entre História e Geografia e à discussão do papel da universidade em formar historiadores enquanto especialistas. Esse cenário colocou em disputa modelos de produção e validação do conhecimento histórico, bem como distintas concepções sobre o estatuto científico da disciplina. A partir da análise dos Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior e de textos publicados por José Honório Rodrigues sobre teoria e metodologia da História, buscar-se-á colocar em debate possíveis intersecções existentes entre os debates ocorridos nesse evento em torno do currículo de formação dos profissionais de História e as discussões propostas por Rodrigues quando do processo de constituição da disciplina de Introdução aos Estudos Históricos como obrigatória nos currículos dos cursos superiores de História.

Referências bibliográficas:

FREIRE, Diego José Fernandes. O passado da história: os historiadores e as historiadoras da universidade de São Paulo e a história da historiografia brasileira na década de 1970. 2020. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2020.

MONTEZUMA DOS SANTOS, Juan Michel. A fundação da ANPUH: o lugar político dos Historiadores acadêmicos na Reforma do Ensino Superior (1961 – 1965). *Intellectus*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 292–310, 2024. DOI: 10.12957/intellectus.2024.84323. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/84323>. Acesso em: 20 maio. 2026.

NASCIMENTO, T. R. A formação do professor de História no Brasil: percurso histórico e periodização. *Revista História Hoje*, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 265–304, 2014. DOI: 10.20949/rhhj.v2i4.98. Disponível em:

<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/98>. Acesso em: 20 maio. 2026.

ST 4 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA: EPISTEMOLOGIAS, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DISPUTAS DE NARRATIVAS

Prof. Ms. Márcia Santos Severino

Prof. Ms. Patricia Maria Jesus da Silva

Prof. Dr. Roger dos Anjos de Sá

Sala T-105

A lei 10.639/2003 e a resistência pedagógica pluricultural na Escola Odé Kayodê

Rafaela Mattos Vieira

rmvieira.adv@gmail.com

Este projeto de pesquisa propõe uma investigação sobre a efetivação da Lei no 10.639/2003 e a promoção de práticas pluriculturais na Educação Básica, tomando como objeto de estudo a Escola Pluricultural Odé Kayodê, vinculada ao Espaço Cultural Vila Esperança, na Cidade de Goiás. O problema central reside na persistente exclusão educacional e no racismo epistêmico que historicamente inviabilizam saberes africanos, afro-brasileiros e indígenas nos currículos escolares. O objetivo geral consiste em analisar como a proposta pedagógica da Escola Odé Kayodê integra a ancestralidade, a arte e o multiculturalismo de forma orgânica, superando práticas educativas tradicionais centradas no ensino transmissivo. Fundamentado no referencial teórico de Paulo Freire, nas contribuições de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva sobre educação das relações étnico-raciais e no conceito de “história única” de Chimamanda Ngozi Adichie, o estudo adota uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico e documental, com análise de documentos institucionais, especialmente o Projeto Político-Pedagógico da escola, materiais disponibilizados em seu site oficial e produções acadêmicas sobre a temática. A pesquisa busca compreender de que modo a experiência da Escola Odé Kayodê se constitui como uma pedagogia de resistência, contribuindo para a construção de uma educação antirracista, emancipadora e comprometida com a valorização da diversidade cultural

Referências Bibliográficas:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
CAMPELO FILHO, Haroldo Nélio Peres. Mitos e vivências educacionais no Espaço Cultural Vila Esperança/Escola Pluricultural Odé Kayodê. Cidade de Goiás, 2022.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador. Petrópolis: Vozes, 2017.

História, Ancestralidade e Resistência: O Letramento Racial na Educação Básica através do PIBID

Vitor da Silva Nobre
Natasha Di Paula Santos
vitornobre6336@gmail.com

Este resumo descreve sobre a oficina pedagógica realizada no Colégio Estadual Homero Honorato, em Trindade (GO), desenvolvida por bolsistas do PIBID-História do IFG com turmas do 9º ano e do Ensino Médio durante o mês da consciência negra, em 2025. A atividade articulou-se em dois momentos complementares: inicialmente, proferiram-se palestras dedicadas à valorização da cultura afro-brasileira e ao combate ao racismo estrutural, destacando o protagonismo de intelectuais negras como Carolina Maria de Jesus. Na sequência, promoveu-se uma oficina de confecção de bonecas Abayomi, recurso didático-pedagógico mobilizado para discutir a ancestralidade como forma de resistência e o fortalecimento da identidade negra. A prática proporcionou aos discentes uma compreensão profunda acerca do pertencimento étnico-racial, reposicionando a herança africana como pilar central da sociedade e despertando o respeito à diversidade. Para além do resgate cultural, os debates fomentaram a consciência crítica dos estudantes, instigados a analisar como as bases governamentais e as políticas econômicas perpetuam desigualdades históricas, conectando a organização do Estado à vulnerabilidade socioeconômica de comunidades periféricas. O expressivo engajamento dos alunos nas discussões e na atividade prática evidenciou que o letramento racial, alinhado às diretrizes da Lei 10.639/03, constitui um processo urgente e transformador na educação básica, essencial para a desconstrução de estigmas e para a promoção da justiça social no ambiente escolar.

Referências bibliográficas:

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
CARINE, Bárbara. Como ser um educador antirracista. 2ª ed. São Paulo: Planeta Brasil, 2023.
BORSETTO, E. A.; ARAGÃO, I. R. Reflexões acerca da boneca Abayomi enquanto objeto de resistência, identidade e educação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS, 3., 2020, São Cristóvão, SE. Anais. São Cristóvão, SE: PPGS/UFS, 2020.

A Insurreição de Escravos em Viana (1867): resistência e protagonismo escravizado no Maranhão oitocentista

Laura Barbosa
laurabarbosacf2505@gmail.com

A Insurreição de Escravos em Viana, ocorrida em 1867 na região da Baixada Maranhense, constitui um importante episódio de resistência negra no Brasil oitocentista, evidenciando o protagonismo dos sujeitos escravizados na luta contra o sistema escravista. A presente pesquisa propõe analisar a revolta a partir da perspectiva da agência escravizada, compreendendo os insurgentes não como sujeitos passivos diante da escravidão, mas como agentes históricos capazes de formular estratégias de resistência, organização coletiva e projetos de liberdade. Nesse sentido, busca-se investigar de que maneira a insurreição expressa elementos de consciência política e de um pensamento revoltoso construído no interior das experiências de cativo. A pesquisa parte do entendimento de que as revoltas escravas não podem ser interpretadas apenas como reações espontâneas à violência senhorial, mas como manifestações articuladas de resistência, inseridas em uma cultura política negra marcada pela circulação de informações, pela formação de redes de solidariedade e pela construção de alternativas ao regime escravista. A Insurreição de Viana revela, portanto, formas de

organização coletiva que envolviam escravizados, quilombolas e outros grupos marginalizados, indicando a existência de práticas políticas e estratégias de enfrentamento ao poder senhorial.

Referências bibliográficas:

VIANA, Iamara da Silva; RIBEIRO NETO, Alexandre; GOMES, Flávio. Escritos insubordinados entre escravizados e libertos no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 155-177, 2019.
ARAÚJO, Mundinha. *Insurreição de escravos em Viana, 1867*. 2. ed. São Luís: SIOGE, 1994.
REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 28, p. 14-39, mar./maio 1996.

O ensino do legado africano como prática de resistência: currículo, colonialidade e educação antirracista

Jordanna Martins
Laura Barbosa
jordannampereira@gmail.com

Historicamente, o ensino de História no Brasil foi marcado por referências eurocêntricas que marginalizaram as contribuições africanas e afro-brasileiras no currículo escolar. A partir do capítulo “Legado Africano”, da coleção *Minha África Brasileira e Povos Indígenas*, da Editora Griô, a pesquisa analisa como intervenções pedagógicas realizadas nos terceiros anos do Ensino Médio podem contribuir para a valorização das africanidades e para a construção de reflexões críticas sobre identidade, memória e racismo. Fundamenta-se nas concepções de Paulo Freire, ao compreender a educação como prática dialógica e transformadora, e de bell hooks, que propõe uma educação engajada e participativa. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada em revisão bibliográfica e relato de experiência docente. Conclui-se que práticas pedagógicas fundamentadas em perspectivas decoloniais e antirracistas contribuem para ampliar a participação estudantil e enfrentar permanências coloniais presentes no ensino de História.

Referências bibliográficas:

Bell Hooks. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
Barbara Carine. *Como ser um educador antirracista*. São Paulo: Planeta, 2023.
Paulo Freire. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
Editora Griô. *Minha África Brasileira e Povos Indígenas: legado africano*. São Luís: Griô, edição para o Ensino Médio.

Neoliberalismo, conflitualidade e violência escolar: estratégias de resistência e construção de culturas de paz em escolas públicas de ensino médio em Goiânia (Brasil) durante o período 2016–2025: contribuições para uma Pedagogia da Paz Conflitual

Gilson Gomes de Oliveira
gilsongomes@discente.ufg.br

A presente pesquisa analisa a relação entre neoliberalismo, conflitualidade e violência escolar em escolas públicas de ensino médio de Goiânia, Brasil, entre 2016 e 2025. Parte-se da compreensão de que a violência escolar não constitui um fenômeno isolado ou meramente individual, mas expressão de desigualdades estruturais, exclusões históricas e processos de precarização educacional intensificados por políticas neoliberais. O estudo distingue filosoficamente conflito e violência, compreendendo a conflitualidade como dimensão constitutiva da vida democrática e das relações humanas. A violência emerge quando os mecanismos coletivos e institucionais de mediação são fragilizados. A investigação articula Filosofia para a Paz, Educação em Direitos Humanos, epistemologias do Sul e pedagogias críticas latino-americanas, buscando compreender a escola pública como espaço de disputa, resistência e construção democrática. Metodologicamente, adota-se a pesquisa-ação participativa e colaborativa, inspirada em Paulo Freire, Michel Foucault e Orlando Fals Borda, integrando análise documental, observação participante, grupos focais e

práticas dialógicas no ambiente escolar. O estudo propõe preliminarmente a categoria “Pedagogia da Paz Conflitual”, entendida como perspectiva ética, política e pedagógica voltada à mediação democrática dos conflitos escolares e à construção de culturas de paz positiva. A pesquisa busca contribuir para a defesa da escola pública democrática, da dignidade humana e da justiça social na América Latina contemporânea.

Referências bibliográficas:

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FALS BORDA, Orlando; RAHMAN, Muhammad Anisur (org.). Acción y conocimiento: cómo romper el monopolio con investigación-acción participativa. Bogotá: CINEP, 1991.

Michel Foucault PASTOR MARTÍN, Jesús; OVEJERO BERNAL, Anastasio. Michel Foucault: pensador, intelectual específico e professor universitário. Oviedo; Valladolid: Universidad de Oviedo; Universidad de Valladolid, 2001.

Folclore brasileiro nos livros didáticos - Silenciamento, Anulamento, Substituição ou Campo de Disputa e Negociação?

Joaquim Henrique da Silveira
joaquimvhs@gmail.com

A pesquisa intenta investigar e criticar as coleções de livros didáticos quanto ao tratamento, ausência e silenciamento sobre o Folclore Brasileiro, o qual é um objeto cultural de ensino e identitário escolar e social. O amparo teórico-metodológico se ampara na Nova História Cultural em diálogo com as obras do folclorista Luís Câmara Cascudo, da historiadora Circe Bittencourt, do sociólogo Stuart Hall sobre identidade[s], e, conseguinte, as postulações críticas do ambientalista Ailton Krenak sobre como a sociedade tende a ação habitual de transformar os povos originários em folclore e peças de museu numa perspectiva de 'passado distante'. A análise ainda objetiva problematizar o livro didático como material e ferramenta para o ensino e aprendizado, já que este é um objeto de conhecimento, usado nas escolas públicas e possuído de diversos conteúdos, mas os quais acabam caindo no Essencialismo e na padronização dos valores dominantes. Para tanto, as diversas funções do material didático, como orientar do planejamento anual da escola, base para preparação das aulas dos professores e atividades a serem realizadas, ao mesmo tempo em que serve como um guia para os estudantes e arcabouço teórico para os professores, parte de uma seleção de organização dos conteúdos, pelas editoras e autores dos livros, mas que podem provocar a valorização do primitivo [equivocado ao tratar e ensinar o Folclore como um romantismo nostálgico]. Práticas que não só provocam o silenciamento, como o anulamento ou mesmo substituição dos personagens e das narrativas em detrimento de pertencimento exterior [cultura nórdica, greco-romana e estadunidense], a espalhar uma cultura dominante e não o ideal de campo em disputa e negociação. Após o feito contemporâneo da globalização, há de se entender a possibilidade de novas formas híbridas de identidade e expressão, perante a produção cultural, já que o descentramento das identidades é uma realidade e os atravessamentos são realizados pelo fluxo de informações, mercadorias e migrações, os quais tornaram as fronteiras menos nítidas. Neste viés o Folclore Brasileiro através do Imaginário Popular, possibilita a compreensão das culturas locais como resistência e reinterpretção, sendo ressignificado junto com os produtos globais, já que são formas culturais híbridas e até inovadoras de uma brasilidade, em suma, estímulos de diversidades e transformações na forma de ser e pertencer na contemporaneidade, e não apenas como um movimento uniforme de homogeneização cultural.

Referências bibliográficas:

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2003.

CASCUDO, Luís da Câmara. Dicionário do folclore brasileiro. São Paulo: Editora Global, 2012.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

ST 5 MUNDOS IBÉRICOS NO MEDIEVO E NA MODERNIDADE: SOCIEDADES, POLÍTICA, CULTURA E PODERES

Prof. Dr. André Costa Aciole da Silva

Prof. Dr. José Alves de Oliveira Júnior

Prof. Dr. Paulo Miguel Moreira da Fonseca

Sala S-212

As (des)continuidades dos saberes medicinais no Compendio de la Salud Humana

Thamilla Alves de Morais

thamillalves@gmail.com

A medicina medieval, herdeira da tradição grega e fundamentada nas teorias de Hipócrates e Galeno, era considerada uma *techné* (técnica). A literatura demonstra que os saberes medicinais possuíam caráter itinerante e eram exercidos por polímatas, sendo denominados “físicos” aqueles que se dedicavam às explicações relacionadas ao funcionamento do corpo humano. O hipocratismo galênico, base do saber médico medieval, compreendia a medicina como uma arte (ou técnica) fundamentada no conhecimento empírico e defendia o equilíbrio humoral, baseado na teoria dos humores, para o estabelecimento da saúde. Nesse sentido, a doença seria uma desproporção dos humores. Dulce Amarante dos Santos (2014) aponta que a prática médica se constituía em três ramos: a higiene ou dietética, a farmácia e a cirurgia. Tais aspectos são observados no incunábulo *Compendio de la salud humana*, foco da presente pesquisa. Compilado por Johannes de Ketham e impresso por Pablo Hurus, em 1494, o texto, de acordo com María Teresa Herrera (1975), reúne saberes necessários para a formação médica. Tendo em vista o campo das ciências e técnicas na península ibérica no medievo, este trabalho analisa as representações do corpo e as prescrições de cura no *Compendio de la salud humana*, observando como elementos da dietética, da farmácia e da observação clínica medieval dialogam ou rompem com a racionalidade médica contemporânea.

Referências bibliográficas:

- HERRERA, María Teresa. *Compendio de la salud humana: observaciones en torno a su traducción castellana*. *Helmántica: revista de filología clásica y hebrea*. Salamanca, v. 26, n. 79-81, p. 259-265, 1975.
- REBOLLO, Regina Andrés. O legado hipocrático e sua fortuna no período greco-romano: de Cós a Galeno. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 45-82, 2006.
- SANTOS, Dulce O. Amarante dos. Os saberes da medicina medieval. *História Revista*, Goiânia, v. 18, n. 1, p. 121-136, 2014.

A saúde e as doenças das crianças na obra “Tratado de los niños” de Bernardo de Gordônio (Séc. XIV)

Keila Vitoria do Carmo

keilavitoriadoc@gmail.com

O presente trabalho é desenvolvido através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), seu objetivo busca analisar a obra *Tratado de los niños*, redigida no século XIV pelo físico Bernardo de Gordônio, com o objetivo de investigar os saberes medicinais voltados à preservação da saúde infantil na Idade Média. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica que descreve práticas medievais dentro da medicina da época. Discute-se a aplicação das “seis coisas não naturais” que são o ar, alimentação, exercício, sono, excreção e paixões da alma, que são colocados como pilares de um regime preventivo que buscava o equilíbrio dos humores (melancólico, colérico, fleumático e sanguíneo). Como também busca descrever como ocorria a prática dessa teoria e e, como ela era aplicada nas pessoas, que tinha acesso a esse conhecimento. Por fim, observa-se como a teoria dos temperamentos e os conceitos que eram utilizados para compreender as predisposições biológicas e as influências externas sobre o corpo humano. Desse modo, a obra de Gordônio reflete entre a teoria médica escolástica e a prática assistencial, revelando a complexidade do cuidado com a saúde das crianças no contexto medieval.

Referências bibliográficas:

DOS SANTOS, D, O. A. OS SABERES DA MEDICINA MEDIEVAL. 10.5216/hr.v18i1.29847. História Revista, Goiânia, v. 18, n. 1. 2014.

FAGUNDES, Maria Dailza da Conceição. O galenismo nos regimentos de saúde dos físicos Pedro Hispano e Arnaldo de Vilanova (Séculos XIII e XIV). Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2011, v. 3. p. 157-166. Disponível em:

<<http://www.seer.ufrgs.br/aedos/article/view/22297>> Acesso em 02 de Maio de 2026.

REBOLLO, Regina Andrés. O legado Hipocrático e sua fortuna no período greco-romano: de Cós à Galeno. Scientiae Studia, São Paulo, v. 4, n. 1. 2006. p. 45-82.

De Westfália a Utrecht: a antítese do Estado de Weber na República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos (1648 –1715)

Maria Clara Albino de Morais
clara.morais@discente.ufg.br

O tema de pesquisa apresentado abrange uma crítica em relação ao chamado “Mito de 1648 das Relações Internacionais”, que define essa data – a assinatura da Paz de Westfália, em 30 de janeiro (Münster) e em 24 de outubro (Osnabrück) – como o momento em que o modelo de Estado-nação (e, por extensão, o modelo de Estado weberiano) foi consolidado no Sistema Europeu. O presente estudo de caso busca analisar essa perspectiva e confrontá-la com um ator internacional da época, a República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos. Esta pesquisa tem o objetivo de responder à pergunta: Os Países Baixos, entre o predomínio de Westfália e o início do Sistema de Utrecht, eram um Estado de Weber? Essa pergunta busca verificar se procede o lugar-comum das Relações Internacionais de que o Estado Moderno (e, portanto, uno e monopolizador da força) surgiu durante esse período da Idade Moderna.

Referências bibliográficas:

BRANDON, Pepijn. Masters of War: state, capital and military enterprise in the Dutch cycle of accumulation (1600-1795). 2013. Thesis (PhD) - University of Amsterdam, Amsterdam, 2013. Disponível em: UvA Dare (Digital Academic Repository). Acesso em: 24 ago. 2022.

GELDERBLOM, Oscar. The Organization of the Dutch Republic. In: GELDERBLOM, Oscar (org.). The Political Economy of the Dutch Republic. Farnham/London: Ashgate/Routledge, 2009. p. 223-254.

SCHAMA, Simon. O Desconforto da Riqueza: a cultura holandesa na época de ouro. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Furores sertanejos: a racionalização metropolitana e a defesa da autonomia local em Minas Gerais (1734-1736)

Geovanna Ferreira Silva
fgeovanna28@gmail.com

Este trabalho analisa as tensões político-administrativas entre a Coroa portuguesa e as elites locais na capitania de Minas Gerais ao longo do século XVIII. Inicialmente, discute-se o papel das câmaras municipais no Império Português como instituições fundamentais para a concessão de privilégios e a consolidação de um pacto político baseado na reciprocidade entre o rei e seus súditos. Em seguida, examina-se a criação das vilas e câmaras em Minas Gerais no ano de 1711, resposta direta da metrópole à necessidade de impor ordem em um território fronteiro marcado pela mineração aurífera e pelos conflitos entre paulistas e emboabas. Diferentemente de outras regiões do império, a capitania das Minas esteve sob rígida vigilância régia, evidenciada pela ausência do juiz de fora ao longo do século XVIII, cargo que poderia limitar a autonomia local. O cerne da disputa residia no controle fiscal que permitia a arrecadação pelas câmaras, foi sucedido pelas Casas de Fundição, onde o ouro em pó era fundido em barras e carimbado após a retirada do quinto real. Posteriormente, a capitação instituiu uma taxa fixa anual por escravo, medida considerada injusta pelos mineradores por desconsiderar a imprevisibilidade da extração aurífera. Como resultado, as sublevações sertanejas entre 1734 e 1736 manifestaram-se como revoltas conservadoras e restauracionistas. Os colonos não rejeitavam a monarquia, mas reivindicavam o respeito aos direitos consuetudinários e à

reciprocidade rompida pela Coroa. Conclui-se que a resistência observada em Minas Gerais não constituiu uma negação da autoridade régia, mas uma violenta negociação sobre os limites do poder real, na qual a elite local buscou reafirmar seu papel indispensável na manutenção do império utilizando a comoção popular como linguagem política.

Referências bibliográficas:

BICALHO, Maria Fernanda. As fronteiras da negociação: as Câmaras Municipais na América Portuguesa e o Poder Central. In: NODARI, Eunice; PEDRO, Joana Maria; YOKOI, Zilda M. Gricoli (Org.). História: Fronteiras. Florianópolis-SC: ANPUH; Humanitas FFLCH/USP, 1999. v. 1, p. 467-483.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa. Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761. São Paulo: USP, FFLCH, 1996. (Tese de doutorado).

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Dos poderes de Vila Rica do Ouro Preto – notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII, *Varia Historia*, v. 31, Belo Horizonte, jan. 2004, p. 120-140.

Cirurgiões nas minas coloniais da América portuguesa setecentista: rupturas e permanências dos saberes a partir da obra Erário Mineral de 1735

Adriano Santos da Costa Alves
adriano_santos97@hotmail.com

O Erário Mineral, escrito em 1735, oferece uma compreensão abrangente sobre a realidade colonial da América portuguesa. Nos primeiros séculos da Modernidade, essa realidade foi fortemente influenciada pelos limites impostos pela administração metropolitana portuguesa, que buscava exercer um controle rígido sobre a colônia. No entanto, para assegurar a continuidade e o funcionamento da sociedade colonial conforme os interesses da Coroa, era necessário, em alguns casos, adotar exceções e flexibilizações em relação à hierarquia e à ordem social estabelecidas. É nesse contexto que as figuras dos cirurgiões começam a ganhar relevância entre os séculos XVI e XVIII, especialmente a partir da descoberta de ouro no interior do território no século XVII. Esse período histórico revela elementos significativos do imaginário social e evidencia permanências e rupturas nos saberes e práticas cirúrgicas. Além disso, permite identificar quais fatores contribuíram para a manutenção de certas concepções e práticas médicas tradicionais e quais especificidades impulsionaram a emergência de novas práticas, que marcaram um rompimento com a tradição médica portuguesa.

Referências bibliográficas:

WITTER, Nikelen Acosta. Curar como arte e ofício: contribuições para o debate historiográfico sobre saúde, doença e cura. *Revista Tempo*, n. 19, p. 13-25, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2013.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

Racionalidade ilustrada e exploração colonial: o Diretório dos Índios como mecanismo de rentabilização colonial no século XVIII

Gabrielly de Bastos Leão
bastosleaog@gmail.com

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o Diretório dos Índios (1757–1798) como instrumento do reformismo ilustrado pombalino voltado à reorganização do trabalho indígena e à reestruturação da sociedade colonial em função de finalidades econômicas. Parte-se da compreensão de que as reformas empreendidas pela Coroa portuguesa na segunda metade do século XVIII implicaram uma intensificação das práticas de governo e uma redefinição das formas de administração das populações indígenas, com impactos diretos sobre a produção, a organização do trabalho e as dinâmicas econômicas regionais. Nesse contexto, o

Diretório é abordado como um dispositivo normativo que articulou dimensões jurídicas, administrativas e econômicas, visando integrar as populações indígenas aos circuitos produtivos coloniais. A pesquisa fundamenta-se na história econômica, especialmente nas contribuições que enfatizam a complexidade das dinâmicas coloniais e a articulação entre diferentes escalas de produção e circulação, incorporando, de forma complementar, aportes da nova história política para a compreensão das práticas de governo e das mediações envolvidas na implementação das diretrizes régias. Metodologicamente, propõe-se uma análise documental do Diretório dos Índios, com categorização temática de seus dispositivos e interpretação de seus conteúdos normativos, buscando identificar os mecanismos de organização do trabalho, de controle social e de ordenamento econômico presentes no documento. A hipótese central sustenta que o Diretório dos Índios operou como um instrumento de racionalização econômica da colonização, estruturando formas de trabalho indígena mais controladas e orientadas para a utilidade produtiva, ao mesmo tempo em que redefinia hierarquias sociais e formas de sociabilidade nas vilas indígenas. Dessa forma, o estudo pretende evidenciar como a reorganização do trabalho indígena se articulou a projetos mais amplos de rentabilização colonial, contribuindo para a compreensão das relações entre economia, política e sociedade no Império português do século XVIII.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Rita Heloísa de. O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

AMARAL LAPA, J. R. Economia colonial. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Catequese, aldeamento e missão. In: FRAGOSO, João (org.). O Brasil Colonial: volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 435–478.

José Acúrsio das Neves, historiador: entre a constituição da autoria e as obrigações do cortesão (1809-1811)

José Alves de Oliveira Júnior
juniorprofessor22@hotmail.com

O estudo analisa a posição de José Acúrsio das Neves como escritor das ocupações napoleônicas em Portugal (1807-1811). Sua História Geral da Invasão dos Franceses (1810-1811) constitui um dos primeiros esforços de síntese da Guerra Peninsular no território português. A obra, produzida a partir do testemunho direto das invasões e da breve liberdade de imprensa daquele período, censurou a atuação de figuras políticas proeminentes do reino, envolvendo o seu autor em controvérsias que durariam mais de uma década. Com sua leitura quase imediata e polêmica dos eventos, Acúrsio das Neves revelava uma tensão entre dois polos no trabalho de historiador no final do Antigo Regime: de um lado, as restrições ético-políticas do homem de letras, que delimitavam o que dizer, como dizer e sobre quem falar; de outro, a reivindicação da escrita autoral, sustentada na liberdade interpretativa e nas avaliações que fez, distanciando-se, assim, do regime da auctoritas.

Referências bibliográficas:

BÉNICHOU, Paul. Le Sacre de l'écrivain: essai sur l'avènement d'un pouvoir spirituel laïque dans la France moderne. Paris: Gallimard, 1996.

HANSEN, João Adolfo. Autor. In: JOBIM, José Luís (org.). Palavras da Crítica. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

NEVES, Lúcia Maria Bastos. Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal (1808-1810). São Paulo: Alameda, 2008.

ST 6 HISTÓRIA E TRABALHO: MOVIMENTO DE TRABALHADORES E TRABALHADORES EM MOVIMENTO

Prof. Dr. Yanglely Adriano Marinho
Sala S-208

A Falsa Abolição Fez Altos Estragos na perspectiva das Resistência, Associativos e Movimentos Negros no Mundo do Trabalho

Tiago Neto da Silva
historiaifggoiania@gmail.com

A Falsa Abolição Fez Altos Estragos na perspectiva das Resistência, Associativos e Movimentos Negros no Mundo do Trabalho a canção do rapper Genival Oliveira Gonçalves - GOG _ Carta à Mãe África (2006) situa a seguinte problemática: quais os desafios e possibilidades do Ensino de História a partir das Experiências Negras a partir de diversas temporalidades? Refletir sobre as emancipações e pós-abolição como ferramenta para conscientização a respeito das complexidades e especificidades das temporalidades e a necessária problematização. Sendo fundamental, portanto, o reconhecimento da História da África e Cultura Afro - Brasileira consolidado a partir da Lei 10.639/2003 que transforma o currículo das escolas, universidades e institutos federais. Identificando no percurso e trajetória da escrita da história a contribuição da população negra para construção da sociedade brasileira e a superação da perspectiva de “uma história única”. Analisar as experiências da mobilização negra em suas múltiplas temporalidades. Refletir acerca da tradição rebelde ao longo do século XVIII e XIX na constituição de mocambos e quilombos formando comunidades de fugitivos. Compreender a articulação da comunidade ao longo das primeiras décadas do século XX, Imprensa Negra, Frente Negra Brasileira e Teatro Experimental do Negro. Reconhecer a cultura e história de negras e negros do Brasil a partir da ascensão do Movimento Negro contemporâneo. Tendo como base de abordagem a pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, conforme Severino (2013, p. 106) a concepção de pesquisa bibliográfica. “é aquela que se realiza a partir do registro disponível”. decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.

Referências bibliográficas:

ALBERTI, Verena ; PEREIRA, Amilcar Araujo . A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 37, p. 143-166, 2006.
GOMES, F. S.. Uma Tradição Rebelde: Notas sobre os Quilombos na Capitania do Rio de Janeiro (1625-1818). Revista Afro Ásia, Salvador, v. 17, 1996.
MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. A Noção de experiência histórica e social em Edward Thompson: percursos iniciais. História & Perspectivas (UFU), v. jan/junh14, p. 393-417, 2014.

Sindicato dos trabalhadores em Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (SINTEF-GO) e a Radicalização das políticas Neoliberais no Governo FHC (1995-2002)

Renan Alves Rodrigues
r.renan@estudantes.ifg.edu.br

Apresentação do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC), a partir da perspectiva teórico- metodológica entre o materialismo histórico-dialético e a metodologia de pesquisa em História Oral, que almeja reconstituir a experiência de trabalhadores e trabalhadoras referentes ao período de 1995 a 2002. Ao considerar a reorientação da estrutura produtiva do capital, a pesquisa parte do entendimento que a fase neoliberal ornamentou entorno do estado reformas administrativa que afetaram profundamente o serviço público. Assim, o enfoque está na ação e organização sindical da categoria de trabalhadores da educação da Escola Técnica Federal de Goiás(ETFG), atualmente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás(IFG), durante a consolidação das políticas neoliberais implementadas com o Governo de Fernando Henrique Cardoso. Em razão disso, a pesquisa leva em conta a reforma administrativa promulgada pela Emenda Constitucional nº19/1998 que abriu caminhos para o fim da estabilidade única, o fim do regime jurídico único e a falácia do controle de gasto na âmbito da educação. O projeto mobiliza os conceitos de experiência e classe para compreender a formação da identidade dos/as trabalhadores/as da educação, articulado a metodologia de história oral, que por meio de entrevistas com trabalhadores do período referido mais o conjunto de documentos disponíveis (atas e resoluções congressuais) no arquivo institucional do sindicato, busca a reconstituição do agir e sofrer da categoria de trabalhadores da educação no tempo e no espaço. Portanto

articula-se as contribuições de E.P. Thompson, Ricardo Antunes e Marcelo Badaró Mattos como referências principais.

Referências bibliográficas:

ANTUNES, Ricardo. A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula. Campinas: Autores Associados, 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. A classe trabalhadora de Marx ao nosso tempo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

THOMPSON, Edward Palmer. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência” in. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

Entre Luzias e Carolinas: uma análise da situação da mulher negra no Brasil a partir da experiência de Luzia Santos Florêncio e Carolina Maria de Jesus

Isabelle dos Santos Ferreira
isabellesantos77777@gmail.com

O trabalho procurou discutir a situação de mulheres negras periféricas no Brasil, partindo da experiência de duas escritoras: Luzia Santos Florêncio e Carolina Maria de Jesus. Por meio da análise das trajetórias de tais mulheres, expressas em suas obras “Mesmo assim eu sou feliz!” (Luzia) e “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (Carolina) foi possível perceber uma experiência não individualizada, mas social.

Referências bibliográficas:

FLORÊNCIO, Luzia. Mesmo assim eu sou feliz!. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

THOMPSON, E. P. Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Mulheres negras e a imprensa: reflexões sobre o abolicionismo negro em Goiás

Camila Gonçalves Araújo
cgoncalvesaraujo@gmail.com

A pesquisa em andamento busca analisar a fotografia como fonte histórica para compreender a atuação de mulheres e homens negros e negras no movimento abolicionista em Goiás, no século XIX, com destaque ao protagonismo feminino. Participando e trabalhando na imprensa abolicionista goiana, tendo esta como um dos principais vetores para a discussão e difusão da luta abolicionista, mulheres negras livres e letradas construíam suas liberdades antes mesmo da Abolição formal em 1888, assim como mulheres negras escravizadas também expressavam seus anseios e lutas pela liberdade em Goiás antes do surgimento dos diferentes movimentos abolicionistas. O estudo também busca racializar a história da abolição goiana, rompendo com narrativas que privilegiam apenas a atuação de elites brancas e evidenciando a complexidade das estratégias negras de luta e (r)existência. O aporte teórico dialoga com Hartman (2020), que discute a violência do arquivo colonial marcada pela ausência negra à doença e ao cativo. Sua proposta orienta a reinterpretação dessas histórias, construindo narrativas “com e contra” o arquivo e devolvendo dignidade às vidas negras silenciadas. Em consonância, a pesquisa articula levantamento bibliográfico e análise documental. Segundo Kossoy, será realizada a “dupla arqueologia do documento fotográfico”: investigar a gênese, materialidade e trajetória da imagem, bem como seus elementos icônicos, contexto de produção e tecnologias utilizadas. Associada à crítica interna e externa das fontes (Neves, 2004), essa abordagem permitirá decifrar conteúdos explícitos e implícitos, ampliando a compreensão do papel das mulheres e homens negros e negras na abolição. Assim, o trabalho objetiva reinterpretar os abolicionismos em Goiás a partir da fotografia, contribuindo para a construção de conhecimentos e aprofundamentos acerca do protagonismo negro e feminino em Goiás, evidenciando múltiplas formas de atuação negra, rompendo com imagens cristalizadas pelo arquivo colonial. Trata-se de afirmar a centralidade das narrativas negras nas histórias de liberdade, ampliando as possibilidades de leitura do século XIX goiano.

Referências bibliográficas:

LIMA, Ana Paula Oliveira. José do Patrocínio Marques Tocantins: Escritos, ecos e redes de um abolicionista negro na província de Goiás na segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - UnB, Brasília, 2024.

KOSSOY, Boris. Fotografia e História. 5. ed. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2020.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. Dossiê Crise, Feminismo e Comunicação - Revista Eco-Pós, Rio de Janeiro, 2020, v. 23, ed. 3, p. 12-33.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. Negros no estúdio do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2021. 15-136 p.